

CENTRO UNIVESITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO

**O CÍRCULO DE LUIZ IGNÁCIO ROMEIRO DE ANHAIA MELLO E A
FORMAÇÃO DE UMA IDEOLOGIA ANTI-URBANA EM SÃO PAULO NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

ALUNO: MAURICIO POLIMENI CALIXTO

ORIENTADOR: MARCO AURÉLIO LAGONEGRO

1.Introdução

Este artigo é parte de um trabalho maior que tem como objeto a formação de uma ideologia anti-urbana no âmbito de uma fração da oligarquia dominante na cidade de São Paulo nos primeiros decênios do século XX, em cujo centro intelectual encontra-se o engenheiro-arquiteto e urbanista Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello (1891-1974), muito pouco conhecido, mas protagonista de um formidável trabalho de bastidores que permite que se o caracterize como um dos principais pioneiros e artífices da pós-modernidade no Brasil.

Caracteriza-se, neste momento inicial, como um esboço de entendimento prévio das circunstâncias em que Anhaia Mello elaborou seu pensamento e o difundiu teórica e praticamente, na época que as estruturas e superestruturas da modernidade se impuseram a um Brasil ainda vinculado aos compromissos do pacto colonial renovado (pacto liberal) apesar da independência política obtida em 1822. Este trabalho, portanto, procura descrever o impacto da modernidade sobre a sociedade brasileira, particularmente no estado e na cidade de São Paulo. Embora pouca noção se tenha disso, a modernização do Brasil não transcorreu de forma pacífica e não foram pequenas as barreiras que se ergueram para contê-la. Como o cenário desse processo foi o meio urbano, teria sido para neutralizar seus efeitos sobre a ordem herdada do período colonial renovado que se concebeu a ideologia que aqui se examinará. Vejamos em que circunstâncias isso se deu.

Na virada do século XX, formulou-se ante as nações latino-americanas de origem colonial a questão crucial da ruptura definitiva com o modelo exportador que as originou e de sua eventual substituição por um modelo econômico baseado na industrialização com substituição de importações e suas conseqüências políticas e sociais. É notório que o processo de independência formal das nações latino-americanas, que se estendeu entre as décadas de 1810 e 20, não as habilitou a enfrentar os desafios que lhes seriam lançados mais tarde, quando a modernização das estruturas econômicas e sociais, sob o impulso das revoluções tecnológicas do século XIX, colocou em xeque o modelo exportador que sobreviveu à sua emancipação política. Segundo Deák (1990), o episódio de 1822 caracterizou-se sobretudo pela renovação dos antigos vínculos coloniais, transferindo a hegemonia sobre a economia brasileira de Portugal para a Inglaterra. Nos primeiros decênios da monarquia, o Brasil se firmou

como exportador de produtos primários, principalmente café e tabaco, permitindo após a Regência, um período de relativa estabilidade institucional e social que durou até a guerra do Paraguai.

Por volta de 1770 chegam ao Rio de Janeiro as primeiras mudas de café, que encontram em solo “carioca” uma adaptação muito boa para seu cultivo. A cafeicultura iniciada no Rio de Janeiro “desce” rumo à solo paulista. Por volta de 1830 substitui o açúcar como “... cultura mais importante do Vale do Paraíba...” - L, Joseph pág 23-. e : “ Após 1850, o café permaneceu sendo o principal produto de exportação em São Paulo, não obstante muitos fazendeiros terem optado pelo algodão, na década de 1860, durante a Guerra Civil americana – só para sucumbirem à competição imposta pelo sul dos Estados Unidos, na década seguinte. ...”

O cultivo do café em solo paulista está ligado diretamente com a *terra roxa* que é “... um tipo de solo profundo, poroso, que contém muito humus, podendo ser reconhecida pelo seu tom arroxeadado escuro. Sua porosidade permite que as raízes do cafeeiro penetrem mais na terra, o que produz colheitas mais abundantes e de melhor qualidade.” - L, Joseph pág 19-

“Dada a excelência da terra roxa para a produção de café, apenas um fator ameaçava o futuro de São Paulo como império de produção e comercialização desse produto : a falta de um bom sistema de transporte.” L, Joseph pág 23-

São Paulo desenvolve então, a partir da década de 1860, sua atitude empreendedora e pioneira “... o divisor de águas ocorre em 1867, quando engenheiros ingleses construíram a chamada San Paulo Railway, realização que prometia reduzir drasticamente tanto os custos de frete como o tempo gasto no transporte do café serra abaixo até os portos de embarque.” -L, Joseph pág 23-

Na verdade São Paulo, aproveitando suas vantagens geográficas, inicia um processo intenso (visto como ousado na época) de modernização, que culminará com uma extensa malha ferroviária distribuída ao longo de seu estado.

Com a grande produção do café, São Paulo torna-se uma potência brasileira e com o passar dos anos é notável o surgimento de algumas atividades voltadas ao âmbito político, social e cultural.

2. Objetivos

Este trabalho tem como objetivos gerais tratar da contradição que opôs facções oligárquicas em São Paulo na década de 1920, os industriais mais representativos e a linha de frente de sua elite cultural, respondendo estes últimos com a ideia segundo a qual o desenvolvimento seria um passo histórico indesejável e desastroso para a sociedade em dois níveis. Primeiro como motor do modo de produção, com base numa crítica profunda e severa à sociedade da afluência que o capitalismo em geral e o que os industriais estavam instaurando aqui formavam; e segundo, à “cultura” que esse modo de produção formava no Brasil ao “invadi-lo” economicamente, entendia essa como o mundo do “consumo de produtos descartáveis”, materiais ou artísticos, coisas que passavam naquele momento a ser compradas em massa com a renda gerada por ele e que causava ojeriza na elite cultural.

Pretende localizar os focos de pensamento pró e anti-desenvolvimento para mostrar que, muito mais do que se pensa, foram fatores puramente geográficos que induziram a formação da “fronda” dos industriais e a dos fazendeiros.

Como objetivos específicos, tem-se o estudo do Departamento de Cultura de São Paulo (DC), criado por Mário de Andrade, com a finalidade de propagar a cultura em São Paulo e no Brasil. Reflexo do crescimento abrupto da economia paulista e da chegada maciça de muitos imigrantes vindos do mundo afora, em sua grande maioria italianos que, financiados pelo governo brasileiro, dispunham de uma espécie de ajuda de custo para trabalharem na lavoura do café, o DC está ligado diretamente ao crescimento incontrolável que São Paulo sofreu no final do século XIX e no começo do século XX. “A cidade que em 1910 tinha 375.000 habitantes passará a ter 579.033 habitantes em 1920, e a 1.060.120 habitantes em 1934, sendo que destes últimos 289.248 habitantes eram de origem estrangeira.”- Raffaini,P. pág 30 –

A ideia da criação do Departamento de Cultura de São Paulo nasceu a partir de reuniões que eram feitas em um apartamento da Av. São João onde morava Nino Gallo. “Segundo Paulo Duarte, nesse apartamento se reunia quase todas as noites um pequeno grupo: Paulo Duarte, Mário de Andrade, Antônio de Alcântara Machado. Tácio de Almeida, Sérgio Milliet, Antônio Carlos Couto de Barros, Henrique da Rocha Lima, Rubens Borba de Moraes, Nino Gallo e Randolpho Homem de Mello, além de outros

menos frequentes. Esses intelectuais, em sua maioria, escreviam para o Diário Nacional, ligado ao Partido Democrático, como Paulo Duarte, Mário de Andrade, Sérgio Milliet, entre outros. Além de escrever para jornais, alguns eram também funcionários públicos, como Rubens Borba de Moraes, guarda-livros da Recebedoria do Estado, Sérgio Milliet, bibliotecário da Faculdade de Direito, ou lecionavam com Mário de Andrade, professor de música no Conservatório Dramático e Musical. Poucos provinham de famílias abastadas, como era o caso de Antônio de Alcântara Machado.” - Raffaini,P. pág 36 – O Departamento de Cultura, é criado oficialmente em 1935 apoiado pelo prefeito Fábio Prado, tendo como seu diretor Mário de Andrade que fica encarregado da divisão de Expansão Cultural, que compreendia duas seções: Teatros, cinemas, salas de concerto e a Rádio-escola. “Dessa forma, podemos notar que o Teatro Municipal, um dos principais equipamentos culturais do Departamento, foi utilizado, durante o período estudado, de forma semelhante ao que vinha acontecendo desde sua inauguração, com exceção dos concertos gratuitos, que eram parte menor da programação para o ano todo. Podemos então inferir sobre uma possível continuidade na política cultural desenvolvida por esta Divisão, mantendo-se inclusive o tom elitista da sua programação e de quem a frequentava.” - Raffaini,P. pág 45 – O DC tinha como finalidade propagar a cultura para todos os níveis sociais, não deixando a qualidade cultural de lado, tendo como missão, levar a cultura para os mais desfavorecidos. O problema era que o Departamento dependia única e exclusivamente do Estado para suas concretizações e em muitas delas o Estado não cumpria com o seu papel. “Justamente nos espaços por onde a população circulava com mais prazer e onde poderia usufruir de uma cultura popular urbana – sociedades dançantes, parques de diversões, cinemas, teatros, circos, clubes esportivos, nesses espaços chamados genericamente de “diversões públicas” é que o Estado intervinha.” - Raffaini,P. pág 59 – O Estado tinha como costume cobrar impostos absolutamente sobre tudo, herança herdada pelos portugueses diga-se de passagem e que se mantém viva até os dias de hoje, e nota-se visivelmente que independente do objetivo de propagar a cultura o DC tinha que entrar nos “moldes” da época e seguir de forma disciplinada a regra do Estado. Para os eventos públicos que o DC criava sempre existiu a presença do Estado como forma de contenção para as atividades voltadas à população. “A criação de uma guarda uniformizada que se encarregava de fiscalizar os divertimentos públicos da cidade foi realmente concretizada a partir da sugestão do chefe da seção. Assim, o Departamento, por meio de um corpo

policial, mantinha a ordem de lazer, das práticas culturais e sociais de grande parte da população.” - Raffaini,P. pág 61 –

Temos que destacar também a criação dos “Parques Infantis” que foi uma das iniciativas do DC voltadas para a população infantil. Os tais parques foram criados na gestão de Anhaia Mello e planejados por Fernando Azevedo como dizia o próprio: “Além do papel que lhes cabe, são essas praças de jogos prepostas à assistência social, isto é, função de dar às crianças das classes laboriosas o amparo contra os “elementos disgênicos”, que possam obstar ao desenvolvimento da saúde e do senso moral, geralmente deturpado e desviado pelos maus exemplos domésticos e por todos os vícios das ruas.” - Raffaini,P. pág 63 – Segundo Raffaini, “os parques visariam diminuir a criminalidade e os problemas de saúde pública contribuindo para a formação de crianças saudáveis física e moralmente.” - Raffaini,P. pág 63 – Outra criação do DC foi a biblioteca infantil inaugurada em 1936 no prédio número 690 da Rua Major Sertório que em seu primeiro ano atendeu 25.547 crianças. Já para o público adulto, que não tinha o costume de frequentar bibliotecas, foi criada a Biblioteca Circulante que: “... inspirada na experiência norte-americana, consistia em uma caminhonete adaptada para transportar livros que frequentemente estacionava em parques e jardins da cidade.” (ver foto 4) - Raffaini,P. pág 69 –

Independente do processo de inserção cultural para os habitantes da classe mais baixa de São Paulo, um ponto crítico deixava muito a desejar. O número de analfabetos que existiam na cidade de São Paulo na década de 1930 era enorme e com certeza um grande empecilho para o avanço da leitura popular. Segundo Raffaini: “A solução seria uma ampla política de alfabetização, tanto da população adulta quanto da infantil. E como não cabia a nenhum dos organismos ligados ao Departamento de Cultura a alfabetização da população, estando a cargo do Governo do Estado esse papel, esses intelectuais pouco poderiam fazer para contornar o fato de serem escritores em um país de analfabetos.” - Raffaini,P. pág 74 – É estranho dizer que o DC tinha como meta educar e conscientizar a população através da cultura sobretudo da leitura, sendo que muitos da classe baixa paulista que em sua maioria eram negros e mulatos, não tinham sequer, um nível educacional básico.(ver tabela 1)

Outro projeto destinado para o público adulto era a Rádio-escola, “...que tinha como objetivo instalar uma estação transmissora que irradiaria concertos, óperas, discursos,

palestras e conferências dos institutos universitários a toda a cidade e também a algumas cidades do interior.” - Raffaini,P. pág 76 – A Discoteca foi a única parte da Rádio-escola que concretizou-se e: “...como não havia uma rádio disponível, a divulgação era feita em cabines nas quais era possível escutar o disco desejado. - Raffaini,P. pág 76 –

“Dentre os projetos que receberam destaque e foram de fato executados vemos um apego a forma tradicional de divulgação da cultura. Audições públicas de discos de música erudita ou folclórica nacional ou estrangeira, que eram comentados e explicados logo em seguida, muitas vezes pelo próprio Mário de Andrade ou Oneyda Alvarenga, assim como as apresentações dos grupos musicais ligados ao Departamento, o quarteto de música de câmara, o coral madrigal revelam uma percepção da divulgação cultural ainda muito ligada às formas existentes do passado.” - Raffaini,P. pág 77 –

O DC também se preocupou com a divulgação da cultura nacional por todo o país “Podemos perceber essa preocupação com o estudo de uma cultura paulista e brasileira tradicionais na criação de uma sociedade ligada ao Departamento, a Sociedade de Etnografia e Folclore. Criada em 1937 essa sociedade foi fundada para orientar, promover e divulgar estudos etnográficos e folclóricos.” - Raffaini,P. pág 84 –

“Esse mesmo cuidado em investigar aspectos formadores de uma identidade nacional aparece na Missão de Pesquisas Folclóricas enviada ao nordeste do país em 1938.” - Raffaini,P. pág 86 – Muitas das pesquisas desenvolvidas pelo Departamento de Cultura de São Paulo foram divulgadas pela Revista do Arquivo Nacional que era um órgão oficial do Departamento. “A partir do 22º volume da revista, em abril de 1936, temos o aparecimento de fotos de monumentos arquitetônicos de todo o país, que deveriam ser preservados, reproduções de gravuras de alguns viajantes, como Rugendas, Debret, além de fotografias de algumas iniciativas do Departamento, como as dos Parques Infantis.” - Raffaini,P. pág 88-

Outro projeto do Departamento de Cultura foi “...a criação de um restaurante de culinária típica brasileira ligado à divisão de Turismo do Departamento de Cultura. Esse restaurante que nunca foi concretizado, deveria estilizar a culinária brasileira e fazer propaganda de produtos e gêneros alimentícios nacionais, além de organizar programas especiais por ocasião de festividades e exposições.” - Raffaini,P. pág 95 – O restaurante seria dirigido por Wessinger, um austríaco que era chefe de cozinha. Como ressalta

Raffaini seria muito estranho uma culinária tipicamente brasileira ser dirigida e organizada por alguém de fora. Com o golpe de estado em 10 de novembro de 1937, o Departamento de Cultura seria bruscamente alterado. “Em maio do ano subsequente, Fábio Prado fora exonerado da Prefeitura de São Paulo e, em seu lugar, assumiria Francisco Prestes Maia.” – Barbato R. pág 37- Prestes Maia ao assumir a prefeitura de São Paulo deixa claro o projeto de desenvolvimento urbano com Plano de Avenidas. A partir de então, a vida do Departamento de Cultura de São Paulo estaria com os dias contados. Segundo Paulo Duarte: “...o Departamento de Cultura passou a fazer parte de uma secretaria municipal invertebrada, absurda, caríssima, inútil, parasitária, inconveniente e perniciosa, como se revelaram quase todas as secretarias criadas na administração municipal”. - Barbato R. pág 37 - A “morte” do Departamento de cultura de São Paulo acontece em meados de 1938 quando Mário de Andrade é exonerado do cargo.

3. Justificativa

A proposta geral e as específicas justificam-se porque se completam e dialogam para fundamentar uma análise do momento presente da história brasileira, ao que tudo indica, sob profunda influência da ideologia anti-urbana de Anhaia Mello e do Departamento de Cultura de São Paulo.

4. Metodologia

A metodologia adotada consiste na relação que o Departamento de Cultural de São Paulo teve sobre a ideologia anti-urbana elaborada no círculo de Anhaia Mello, sua influência direta com o processo lento e burocrático sobre a “modernização” de São Paulo e do Brasil. A base de estudo feita sobre o Departamento de São Paulo encontram-se no livro *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil*, autora: Patricia Tavares Raffaini e no livro *Missionários de uma Utopia nacional-popular os intelectuais do departamento de cultura de São Paulo*, autor: Roberto Barbato Jr. Para o estudo da cidade e do estado de São Paulo, foram utilizadas referências do livro *São Paulo A Locomotiva*, do autor: Joseph Love.

5. Considerações Finais

Podemos notar que o Departamento de Cultura de São Paulo foi uma experiência inédita em todo o país e sua realização só foi possível diante da atitude pioneira feita por Mário de Andrade e outros intelectuais da elite paulistana. É nítida a opressão que o Departamento de Cultura sofre com o poder do Estado, que visava na época a modernização de São Paulo e do Brasil deixando de lado toda a população mais pobre da sociedade.

Então, como modernizar de uma vez por todas um país que na época possuía mais da metade da população analfabeta? Como crescer socialmente sem cultura e educação? Na verdade todo o trâmite do processo educacional e cultural do Brasil sempre esteve ligado diretamente aos representantes do povo, estes que nunca colocaram como meta real a educação em primeiro plano. Hoje temos um reflexo em outras proporções é claro, do que foi o Departamento de Cultura de São Paulo na década de 1930.

Analisar o Departamento de Cultura nos prova que todo processo de valorização educacional que inclui escola, música, artes, esporte dentre outros, fica a mercê do jogo político e empresarial do Estado em questão. Favorecer aqueles que dependem diretamente do governo para existir, ou melhor, coexistir é uma das missões mais difícil que nós temos de enfrentem aqui no nosso Brasil.

O Departamento de Cultura sempre esteve diante de uma situação difícil, pois sempre trabalhou com uma limitação processual devido aos problemas de disputa política de todos os lados. Essa mania de pular etapas, levando em conta o crescimento da nação, sempre esteve presente na história do povo brasileiro. Reflexo dos tempos modernos, a discussão em torno da Copa do Mundo pode ser equiparada em partes ao ocorrido com o Departamento de Cultura, pois, como é possível fazer um evento gigantesco no país se nossa estrutura básica social é extremamente carente? A resposta é simples: favorecer os poucos que atuam ao lado do poder, deixando de lado aqueles que dependem piamente do Estado.

Mário de Andrade foi um cidadão visionário que em plena década de 1930 conseguiu construir uma estrutura que tinha como meta beneficiar os mais carentes através da propagação da cultura. A missão de Mário de Andrade continua defasada nos tempos atuais. O sistema político brasileiro é travado e só se move para ajudar o próprio umbigo.

Nos tempos atuais poucos sabem o que foi o Departamento de Cultura de São Paulo. A educação pública continua sendo precária e pouco se faz para a propagação da cultura no Brasil.

As rixas políticas governamentais continuam a existir fortemente e quem paga o pato é o povo brasileiro. Como construir belos estádios, grandes aeroportos, hotéis, se o que realmente interessa está fora do contexto? Mario de Andrade se preocupava realmente com as questões educacionais, visando conceber ao povo brasileiro uma forma mais digna de levar a vida.